

Car@s amig@s,

Estamos escrevendo a respeito da consulta política global da Anistia Internacional sobre o trabalho sexual. Como organizações que trabalham para inserir o trabalho sexual no quadro internacional de direitos humanos, gostaríamos de oferecer nosso apoio à proposta da Anistia por uma política de descriminalização do trabalho sexual.

Apoiamos a afirmação da Anistia de que os Estados têm a obrigação "de reformar suas leis e desenvolver e implementar sistemas e políticas que eliminem a discriminação contra os que exercem trabalho sexual". A Anistia pede aos Estados que "procurem ativamente o empoderamento daqueles que são mais marginalizados na sociedade, através do apoio ao direito à liberdade de associação dos que exercem o trabalho sexual, da criação de estruturas que garantam o acesso apropriado a serviços de saúde de qualidade, condições de trabalho seguras e combate à discriminação e abuso baseado em sexo, orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero". Isto ecoa a voz dos trabalhadores do sexo em todo o mundo, que argumentam que os Estados são responsáveis pela proteção proativa de direitos fundamentais, e demanda que eles tomem medidas que ajudarão a proteger, respeitar e cumprir esses direitos para todos.

Nos ambientes em que muitos aspectos do trabalho sexual são criminalizados como, por exemplo, oferecer serviços sexuais ou viver dos rendimentos de uma pessoa que é profissional do sexo ou administração de bordéis, trabalhadores do sexo enfrentam discriminação e estigma que minam os seus direitos humanos, incluindo liberdade, segurança pessoal, igualdade e saúde [famílias e crianças são também afetadas]. Evidências sugerem que o risco de infecção pelo HIV dos trabalhadores do sexo está intimamente relacionado com seu status de marginalidade e ilegalidade que empurra o trabalho para a clandestinidade e aumenta o abuso policial e a exploração.

De acordo com a Nota de Orientação da UNAIDS sobre HIV e Trabalho Sexual, "mesmo onde os serviços são teoricamente disponíveis, profissionais do sexo e seus clientes enfrentam obstáculos significativos ao acesso a prevenção do HIV, tratamento e apoio, particularmente onde a prostituição é criminalizada". Nos países onde o trabalho sexual é descriminalizado, há evidências de que a violência dirigida a profissionais do sexo é reduzida, as relações entre os trabalhadores do sexo e a polícia são melhoradas e o acesso aos serviços de saúde é maior.

Leis punitivas que criminalizam e punem o trabalho sexual atuam como instrumentos através dos quais os trabalhadores do sexo são perseguidos e regularmente têm seus direitos humanos violados por medidas de aplicação da lei, pelas autoridades de saúde e por clientes. Em muitos países, os trabalhadores do sexo são o principal meio pelo qual a polícia alcança as quotas de prisão, extorque dinheiro e extrai informações. A polícia exerce poder sobre os trabalhadores do sexo na forma de ameaças de prisão e humilhação pública e uso de preservativos como prova de atividade ilegal, desfazendo anos de promoção da saúde pública eficaz e campanhas em torno de DSTs e HIV. Testes forçados de HIV são comuns, juntamente com violações do devido processo legal e da privacidade. Os trabalhadores do sexo em muitas jurisdições são alvos de assédio frequente, abuso físico e sexual, e "reabilitação" forçada. Onde o trabalho sexual é ilegal, os trabalhadores do sexo muitas vezes sentem que pouco podem fazer para resolver as violações perpetradas contra eles e são dissuadidos de acessar aos serviços de saúde por medo de mais estigma e abuso.

Os trabalhadores do sexo apoiam a análise da Anistia sobre o contexto dos direitos humanos do trabalho sexual e as considerações de saúde e outras implicações para os trabalhadores do sexo. A remoção de leis e políticas punitivas que visam os trabalhadores do sexo é fundamental. Agências internacionais, como a Comissão Global sobre HIV e da Lei, a UNAIDS, a Organização Mundial da Saúde, a Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres (GAATW) e a Human Rights Watch pediram a descriminalização do trabalho sexual.

Descriminalização não é uma tentativa de legalizar “cafetões”, nem de aumentar a exploração dos trabalhadores do sexo. Tais argumentos são baseados numa compreensão limitada do comércio do sexo e minam a luta dos trabalhadores do sexo para o direito à saúde e à justiça. Descriminalização vai ajudar os profissionais a organizar e enfrentar todas as formas de exploração, incluindo as abusivas, e as condições de trabalho injustas e precárias instituídas por atores estatais e não-estatais.

O Movimento pelos direitos dos trabalhadores do sexo está alinhado com o movimento de direitos humanos da mulher na condenação do abuso e violação dos direitos das mulheres, incluindo as trabalhadoras do sexo. O trabalho sexual não deve ser equiparado a exploração sexual ou tráfico para fins sexuais.

Como observado pela Comissão Mundial sobre o HIV ea Lei, "trabalho sexual e tráfico sexual não são a mesma coisa. A diferença é que o primeiro é consensual enquanto o segundo, coercitivo. Qualquer ponto de vista que aponta ‘prostituição voluntária’ como um oxímoro apaga a dignidade e autonomia do trabalhador do sexo de inúmeras formas. Torna atores autônomos em vítimas que precisam de resgate”.

Apelamos para a descriminalização total do trabalho sexual como exigido pelos próprios trabalhadores do sexo.

Atenciosamente,

Meena Saraswati Seshu Sangram , Índia 24/03/2014